

ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 27 de novembro de 2001. –
Ricardo Santos, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator
– **Francelino Pereira** – **Lúcio Alcântara** – **Nabor Júnior** – **Artur da Távola** – **Valmir Amaral** – **Álvaro Dias** – **Geraldo Cândido** – **Juvêncio da Fonseca** – **Gerson Camata** – **Casildo Maldaner** – **Freitas Neto** – **Antônio Carlos Júnior** – **Pedro Piva**.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.424, DE 2001

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que acrescenta parágrafo ao art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Relator: Senador **Osmar Dias**

I – Relatório

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 1999, de autoria do nobre Senador Lúcio Alcântara. O proponente quer permitir a utilização de mandato tácito na primeira instância da Justiça Trabalhista, desde que consignado em ata, e tornar obrigatório o instrumento de procuração escrito somente perante os Tribunais Regionais do Trabalho.

O autor aponta como relevante fundamento da iniciativa a necessidade de dotar a justiça trabalhista de instrumentos aptos a agilizar os procedimentos e, dessa forma, melhorar a qualidade do atendimento prestado ao cidadão, quando ele busca a prestação jurisdicional com a pretensão de solucionar um litígio decorrente do contrato de trabalho.

Objetiva-se, em suma, conseguir o máximo de informalismo e de celeridade possível. Na visão do autor, só assim seria possível restabelecer o prestígio do Poder Judiciário e melhorar a imagem das instituições jurisdicionais trabalhistas, sensivelmente abalada na opinião dos jurisdicionados.

II – Análise

O Projeto de Lei do Senado nº 86, de 1999, não apresenta dispositivos que conflitam com princípios ou normas da Carta Magna vigente. A elaboração da proposta também observou os pressupostos relativos à competência e à iniciativa (inciso I do art. 22 e **caput** do art. 61 da Constituição Federal) e as regras regimentais aplicáveis à espécie. Cumpridos esses pré-requisitos necessários, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da iniciativa.

Com relação à técnica legislativa, alguns reparos julgamos cabíveis. Em primeiro lugar, entendemos imprópria a expressão “tácito”. No melhor conceito jurídico, mandato tácito seria aquele que não é expresso, mas pode ser deduzido pelo comportamento das partes. Na audiência, não nos parece razoável esperar que o juiz deduza, a partir das atitudes do advogado, que ele é detentor de mandato. Essa dedução seria improvável, difícil até, na Justiça do Traba-

lho, perante a qual as partes podem demandar sem a assistência de procurador.

Portanto, a iniciativa de consignar em ata a existência do mandato não deve caber ao juiz de ofício. Essa decisão judicial poderia ser contestada posteriormente. O advogado pode negar a existência desse mandato ou afirmar que estava substituindo outro advogado constituído. Sendo assim, é o advogado que deve expressar a sua condição de procurador, verbalmente ou através de qualquer meio de comunicação. Em consequência, havendo alguma forma de expressão, o mandato deixa de ser meramente tácito.

Sendo assim, julgamos mais razoável que o advogado requeira, de forma expressa, a averbação da existência de uma procuração com cláusula **ad judicium** ou para o foro em geral, cabendo à parte representada manifestar-se pela anuência ou não. Esse procedimento simples reduz a burocracia e está conforme com a oralidade que deve presidir os procedimentos jurisdicionais trabalhistas. Elaboramos emenda visando a contemplar essa mudança no texto da proposição.

III – Voto

Feitas essas considerações, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 1999, com adequações na técnica legislativa efetuadas através da Emenda que estamos apresentando.

EMENDA Nº 1-CCJ (Substitutiva)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 1999, a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 10 de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

"Art. 791

§ 3º A constituição de procurador com poderes para o foro em geral poderá ser efetivada, mediante simples registro em ata de audiência, a requerimento verbal do advogado interessado, com anuência da parte representada."

Sala da Comissão, 10 de outubro de 2001. –
Bernardo Cabral, Presidente – **Osmar Dias**, Relator –
Antônio Carlos Júnior – **Romeu Tuma** – **Sebastião Rocha** – **Jefferson Pêres** – **José Agripino** – **Ademir Andrade** – **Maria do Carmo Alves** – **Maguito Vilela** – **Íris Rezende** – **José Eduardo Dutra** – **Bello Parga** – **João Alberto**.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO F. 5 Nº. 86 DE 1999
PLS

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERSON CAMATA					1 - MARLUCE PINTO				
MAGITH VILTA	X				2 - CASIO MALLANER				
BUS REZENDE					3 - WELLINGTON RÔMULO				
JOSE FOGACA					4 - JOAO ALBERTO	X			
PEDRO SIMON					5 - CARLOS BEZERRA				
VAGO (*)					6 - AMIR LANDO				
ROBERTO REQUILÃO					7 - JOSE ALENCAR				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
BERNARDO CABRAL					1 - JORGE BORNHAUSEN				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				2 - MOREIRA MENDES				
FRANCIELINO PEREIRA					3 - WALDECK ORSULAS				
BELLO PARGA	X				4 - ROMEO TUMA	X			
MARIA DO CARMO ALVES	X				5 - HUGO NAPOLEÃO				
JOSE AGRIPINO	X				6 - CARLOS PATROCÍNIO				
TITULARES - BLOCO PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALVARO DIAS					1 - SERGIO MACHADO				
VAGO (*)					2 - PEDRO PIVA				
OSMAR DIAS	X				3 - VAGO (*)				
LEOMAR QUINTANILHA (PPB)					4 - RICARDO SANTOS				
ROMERO JUCA					5 - LÉCIO ALCANTARA				
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PÊRES	X				1 - EDUARDO SUPLEY				
JOSE EDUARDO DUTRA	X				2 - MARINA SILVA				
ROBERTO FREIRE (PPS)	X				3 - BELOISA TITJEN				
SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	X				4 - PAULO HARTUNG				
TITULAR - PSB	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADMIR ANDRADE	X				1 - VAGO				

TOTAL: 13 SIM: 13 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: —

SALA DAS REUNIÕES, EM 10/10/2001


Senador BERNARDO CABRAL
Presidente

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (Art. 132, § 8º, RISE)
(*) Aguardando indicação da Liderança

C:\CCJ\2001\Votação nominal.doc (atualizado em 24/09/2001)